



CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros. Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Capemisa Capitalização S/A relativas ao exercício social de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e os relatórios dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Mensagem da Administração

A Capemisa Capitalização é uma Sociedade Anônima fechada, com 12 anos dedicados ao mercado de Capitalização.

Em 2023, a Empresa manteve a estratégia de criar soluções de negócios sob medida para os seus parceiros, e que gerassem valor para a Sociedade em geral. Teve como destaque a expansão das suas receitas operacionais.

A Sociedade apresentou lucro líquido de R\$ 15,23 milhões, e retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE), acumulado, de 21,58%.

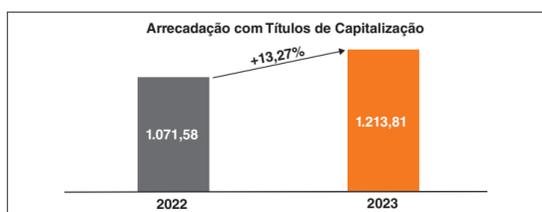
2. Desempenho das Operações de Capitalização

A implantação do marco regulatório estabeleceu novas modalidades de títulos de capitalização - Filantropia Premiável, modalidade cuja característica principal é o direcionamento de parte da arrecadação para projetos de relevância social ligados a Entidades Beneficentes; e Instrumento de Garantia, modalidade utilizada para garantir obrigação financeira previamente assumida pelo subscritor - as quais se juntaram às modalidades já instituídas: Tradicional, Popular, Incentivo e Compra Programada. Para se adequar à nova regulamentação, a Capemisa Capitalização realizou investimentos em capital humano, tecnológico e na mudança e modernização de processos.

A Sociedade iniciou a oferta de novos produtos aos seus clientes, sempre em estrita observância aos comandos da Circular SUSEP nº 656/2022, a qual descreve as regras de elaboração, operação e comercialização dos títulos de capitalização.

Arrecadação

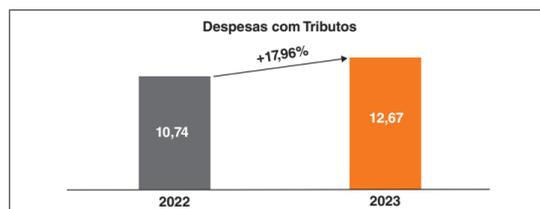
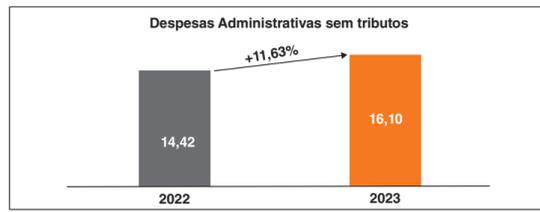
A Sociedade continua figurando como um dos principais players do mercado de Filantropia Premiável, e incrementou significativamente a sua participação no mercado de Incentivo. Durante 2023, a Capemisa Capitalização apresentou crescimento de 13,27% em sua arrecadação, frente ao ano anterior, reflexo do crescimento de 12,06% na arrecadação da modalidade Filantropia, e de 53,58% na modalidade Incentivo.



Despesas Administrativas

Em 2023, o total das despesas administrativas aumentou 14,33%. Os tributos tiveram variação de +17,96%, justificada pelo acréscimo da arrecadação com títulos de capitalização. Já as despesas sem tributos cresceram 11,63%. Tal elevação foi impulsionada pelos investimentos realizados em pessoal e em

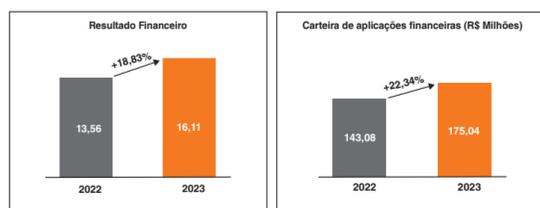
inovações tecnológicas, com o objetivo de dar escalabilidade aos processos operacionais e otimizar o atendimento aos clientes.



Resultado Financeiro

Em função das características da sua atividade, a alocação de recursos da Sociedade é predominantemente de curto prazo e atrelada à SELIC, o que faz com que as movimentações nas taxas de juros afetem decisivamente a rentabilidade da sua carteira de investimentos.

O resultado financeiro de 2023 foi impactado positivamente pelo aumento da carteira de aplicações financeiras em 22,34%, e pela taxa Selic, realizada em 13,04%, frente aos 12,39% do ano anterior. Devido a isso, o resultado financeiro foi de R\$ 16,11 milhões, frente aos R\$ 13,59 milhões do período anterior, representando uma evolução de 18,83%.

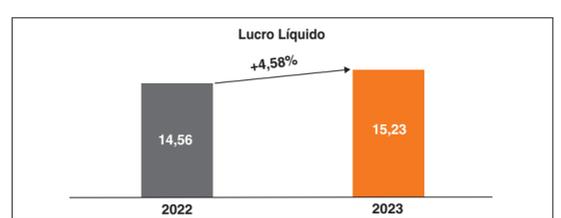


Lucro Líquido

Em função do grau de especialização da Capemisa Capitalização nas modalidades Filantropia Premiável e Incentivo, a Sociedade captou novos clientes e parceiros.

O exercício foi marcado pelo aumento da arrecadação, do resultado operacional e do resultado financeiro. Com isso, em 2023, a Capemisa Capitalização apresentou crescimento do seu Lucro Líquido de 4,58%, em comparação ao exercício anterior. O ROAE (return on average equity) foi de

21,58%, frente aos 24,37% do exercício anterior, justificado, principalmente, pelo aumento do patrimônio líquido neste período.



3. Desafios e Gestão

O principal desafio da Sociedade para o segmento de capitalização é a ampliação da sua participação de mercado, atingindo novos segmentos e canais de distribuição, notadamente, nas modalidades Filantropia Premiável e Incentivo.

Nesse cenário, a Capemisa vem investindo recursos financeiros, tecnológicos e humanos visando a gerar valor para os seus clientes.

4. Governança Corporativa

O Grupo Capemisa vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social. A segurança da informação é uma preocupação constante para o Grupo.

5. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constitui provisões de acordo com as melhores práticas de gestão, tendo seus riscos administrados e mitigados de acordo com as normas do CNSP e da SUSEP, o que ratifica a solvência da Sociedade para a cobertura das suas responsabilidades. A Capemisa Capitalização se mantém como Empresa sólida e capaz de honrar seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/2021, e suas alterações, a Capemisa Capitalização declara que os títulos classificados na categoria "até o vencimento" serão mantidos.

6. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A Administração ressalta que não houve reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Sociedade.

7. Política de distribuição de Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e Reinvestimento dos Lucros

A política de distribuição de lucros prevê, de acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo aos acionistas de 25% do lucro líquido apurado, no valor de R\$ 3,62. Em 2023, foram disponibilizados aos acionistas o montante bruto de R\$ 4,31 milhões, a título de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 646 mil de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R\$ 3,66 milhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2023	2022	PASSIVO	Notas	2023	2022
CIRCULANTE		226.166	179.500	CIRCULANTE		177.900	128.349
Disponível		3.842	1.176	Contas a pagar		11.963	13.611
Caixa e bancos		3.842	1.176	Obrigações a pagar	10	3.556	7.920
Aplicações	4	153.937	131.989	Impostos e encargos sociais a recolher	11	4.951	3.575
Créditos das operações de capitalização	5	67.588	40.040	Encargos trabalhistas	11	544	386
Créditos das operações de capitalização		67.588	40.040	Impostos e contribuições	12	2.912	1.730
Outros créditos operacionais	6	306	6.083	Débitos de operações com capitalização	13	12.172	4.027
Títulos e créditos a receber	7	353	86	Agentes e correspondentes		-	2
Títulos e créditos a receber	7.2	18	-	Débitos operacionais		12.172	4.025
Créditos tributários e previdenciários	7.1	295	61	Depósitos de terceiros	14	101	70
Outros créditos	7.2	40	25	Provisões técnicas - capitalização	15	153.664	110.641
Despesas antecipadas		140	126	Provisão para resgates		122.112	89.840
ATIVO NÃO CIRCULANTE		28.727	14.819	Provisão para sorteio		25.518	17.456
Realizável a longo prazo		27.854	13.581	Provisão administrativa		2.126	1.941
Aplicações	4	21.105	11.094	Provisão para complementação de sorteios		3.908	1.404
Outros créditos operacionais	6	-	253	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		970	877
Títulos e créditos a receber	7	6.749	2.234	Outros débitos	16	970	877
Títulos e créditos a receber	7.2	17	-	Provisões judiciais		970	877
Créditos tributários e previdenciários	7.1	6.719	2.229	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	76.023	65.093
Depósitos judiciais e fiscais	7.2	13	5	Capital social	17.1	36.759	36.759
Imobilizado	8	21	11	Reservas de lucros	17.2	39.269	28.349
Bens móveis		21	11	Ajuste de avaliação patrimonial		(5)	(15)
Intangível	9	852	1.227	TOTAL DO PASSIVO		254.893	194.319
Outros intangíveis		852	1.227				
TOTAL DO ATIVO		254.893	194.319				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Resultado líquido do exercício		15.228	14.561
Outros resultados abrangentes (ORA)			
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo	4.1	18	192
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes		(8)	(87)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		10	105
Resultado abrangente total		15.238	14.666

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Discriminação	Notas	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste TVM		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		36.759	1.346	16.420	(120)	-	54.405
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	105	-	105
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	14.561	14.561
Proposta p/ distribuição do resultado							
Reserva legal	17.2	-	728	-	-	(728)	-
Reserva estatutária	17.2	-	-	9.855	-	(9.855)	-
Dividendos	17.3	-	-	-	-	(499)	(499)
Juros sobre o capital próprio	17.3	-	-	-	-	(3.479)	(3.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		36.759	2.074	26.275	(15)	-	65.093
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	10	-	10
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	15.228	15.228
Proposta p/ distribuição do resultado							
Reserva legal	17.2	-	761	-	-	(761)	-
Reserva estatutária	17.2	-	-	10.159	-	(10.159)	-
Juros sobre o capital próprio	17.3	-	-	-	-	(4.308)	(4.308)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		36.759	2.835	36.434	(5)	-	76.023

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2023	2022
Receita líquida com títulos de capitalização		675.493	594.965
Arrecadação com títulos de capitalização		1.213.807	1.071.576
Variação da provisão para resgate		(538.314)	(476.611)
Varição das provisões técnicas		(2.690)	(93)
Resultado com sorteio		(410.255)	(371.465)
Custos de aquisição	20.a	(216.313)	(186.671)
Outras receitas e despesas operacionais	20.b	(10.748)	(1.383)
Outras receitas operacionais		687	278
Outras despesas operacionais		(11.435)	(1.661)
Despesas administrativas		(16.101)	(14.425)
Pessoal próprio	20.c	(10.549)	(10.302)
Serviços de terceiros	20.d	(3.450)	(2.499)
Localização e funcionamento	20.e	(1.018)	(1.030)
Publicidade e propaganda		(70)	(36)
Publicações		(67)	(70)
Donativos e contribuições		(853)	(390)
Despesas administrativas diversas		(94)	(98)
Despesas com tributos	20.f	(12.669)	(10.740)
Resultado financeiro	20.g	16.111	13.559
Receitas financeiras		19.721	16.858
Despesas financeiras		(3.610)	(3.299)
Resultado operacional		22.828	23.747
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	20.h	313	(4)
Resultado antes dos impostos e participações		23.141	23.743
Imposto de renda	21	(4.714)	(5.703)
Contribuição social	21	(2.726)	(3.130)
Participações sobre o lucro		(473)	(349)
Resultado líquido do exercício		15.228	14.561
(/) Quantidade de ações		27.610.000	27.610.000
Resultado líquido do exercício por ação (em reais)		0,55	0,23

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	15.228	14.561
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	380	379
Constituição (Reversão) da redução ao valor recuperável dos ativos	6.243	(24)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(31.948)	(3.753)
Créditos das operações de capitalização	(33.854)	(10.053)
Créditos fiscais e previdenciários	(170)	18
Ativo fiscal diferido	(4.490)	(522)
Depósitos judiciais e fiscais	(8)	127
Despesas antecipadas	(14)	(68)
Outros ativos	5.979	(6.047)
Impostos e contribuições	12.482	9.277
Contas a pagar	1.301	261
Débitos de operações com capitalização	(2)	2
Depósitos de terceiros	31	66
Provisões técnicas - capitalização	43.023	3.008
Provisões judiciais	93	(202)
Outros passivos	8.147	1.054
Caixa gerado pelas operações	22.421	8.084
Imposto sobre o lucro pagos	(11.300)	(10.129)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	11.121	(2.045)
Atividades de investimento		
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(15)	(12)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(15)	(12)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e Juros sobre o capital próprio	(8.440)	(1.027)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(8.440)	(1.027)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	2.666	(3.084)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.176	4.260
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.842	1.176

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

CPC 48 está em vigência para o período anual iniciado em 1º de janeiro de 2024. A Administração está avaliando o eventual impacto das mudanças trazidas pelo CPC 48 quanto à classificação e mensuração de ativos financeiros, e mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros no Patrimônio Líquido da Sociedade. De acordo com as análises prévias realizadas pela Administração, as seguintes considerações foram identificadas: **a. Classificação e mensuração.** A Sociedade não identificou impactos significativos até o momento no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração previstas no CPC 48. A expectativa é que o contista a receber de clientes será mantido para recolher os fluxos de caixa contratuais e dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Sociedade espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo o CPC 48. No entanto, a Sociedade analisará as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos em mais detalhes. **b. Redução ao valor recuperável ("Impairment").** A metodologia de apuração de redução ao valor recuperável utilizada no modelo atual pela Sociedade, já possui para os principais recebíveis a previsão de aplicabilidade das perdas esperadas. A Administração entende que o modelo atual está aderente aos requerimentos do CPC 48 e acredita que não haverá impactos significativos no próximo exercício, para os demais recebíveis, após a implementação da nova norma. **c. Contabilidade de hedge.** A Sociedade não realiza operações de hedge. **• CPC 50 (IFRS 17) - "Contratos de Seguro"** - A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. De acordo com essa norma, uma entidade retrata

a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O referido CPC não foi referendado pela SUSEP, bem como, é importante destacar que este pronunciamento técnico não é aplicável às sociedades de capitalização. **3.13. Aplicações dos Normativos SUSEP.** **• Circular SUSEP nº 678/2022** - Passa a vigorar a partir de 2 de janeiro de 2023 para o artigo 2º e os demais artigos entrarão em vigor em 2 de janeiro de 2024, sendo as principais alterações para o exercício de 2024: **a.** Provisão de Receitas Diferidas - PRD - representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios (quota de carregamento), sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico. (art. 24). **b.** O fato gerador da receita para as operações de capitalização é: (i) o recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição e (ii) o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento (art. 101, parágrafo 3º). **• Circular SUSEP nº 666/2022** - norma pretende a apuração e mitigação dos riscos ambientais, climáticos e sociais. Traz a previsão pela elaboração do estudo de materialidade dos riscos de sustentabilidade a que pos-

sam ser expostas, resultante de probabilidade e impacto estimados. A norma entrou em vigor a partir de 1º de agosto de 2022, e os prazos para adequação da Política de Sustentabilidade iniciaram em 31 de dezembro de 2022 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2023 para as enquadradas no segmento S2 e em 30 de abril de 2024 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. Os prazos para adequação da elaboração do estudo de materialidade iniciaram em 31 de dezembro de 2023 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2024 para as enquadradas no segmento S2 e se encerram em 30 de abril de 2024 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. As datas dispostas correspondem à divulgação do primeiro relatório de sustentabilidade para os referidos segmentos, relativos à data-base de 31 de dezembro do ano anterior. O Relatório de Sustentabilidade, a supervisão deverá elaborar e divulgar até o dia 30 de abril de cada exercício. A adequação se iniciará em 30 de junho de 2024 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1 e em 30 de junho de 2025 para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S2, S3 e S4. O processo de adequação da Sociedade foi iniciado em 2022, sob a condução da Diretoria de Governança Corporativa. A Política de Sustentabilidade da Sociedade foi aprovada em 2023 e no momento está sendo desenvolvido o estudo de materialidade, além do acompanhamento das demais exigências regulamentares que serão cumpridas dentro dos prazos estipulados. **• Resolução CNSP nº 448/2022** - a resolução entra em vigor para o artigo 2º em 2 de janeiro de 2023 e demais artigos em 2 de janeiro de 2024, sendo a principal alteração para o exercício 2024: Substitui a Provisão de Despesas Administrativas (PDA) pela Provisão de Receitas Diferidas (art. 17, nº VII).

4. Aplicações. 4.1. Composição das aplicações financeiras. Em 2023:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Vencimento	Valor		% por Categoria
				Contábil	Justo	
I- Valor justo por meio do resultado				30.591	30.591	17,48%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	30.591	30.591	17,48%
II- Disponível para venda (*)				105.006	105.006	59,99%
Debênture CDI	1	CDI+ 1,45%	15/06/2024	128	128	0,07%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/03/2024	8.276	8.276	4,73%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2024	685	685	0,39%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/03/2025	8.205	8.205	4,69%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2025	9.044	9.044	5,17%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/03/2026	13.500	13.500	7,71%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2026	5.055	5.055	2,89%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/03/2027	12.168	12.168	6,95%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2027	6.078	6.078	3,47%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/03/2028	5.874	5.874	3,36%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2028	9.678	9.678	5,53%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/03/2029	9.014	9.014	5,15%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2029	17.301	17.301	9,88%
III- Mantido até o vencimento (**)				39.445	39.445	22,53%
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - PRÉ	1	15,00%	-	1.231	1.231	1,91%
CDB (Certificado de Depósito Bancário) - CDI	1	103,5% a 113%	-	4.401	4.401	1,30%
Letra Financeira - PRÉ	1	15,50%	-	2.467	2.467	3,22%
Letra Financeira - CDI	1	108,5% CDI a	-	22.986	22.986	11,32%
DPGE (Depósito à prazo c/ Garantia Especial) - CDI	1	CDI +1,15% a	-	8.360	8.360	4,78%
		CDI +1,4%	-	175.042	175.042	100,00%

Em 2022:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Vencimento	Valor		% por Categoria
				Contábil	Justo	
I- Valor justo por meio do resultado				41.537	41.537	29,03%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	41.537	41.537	29,03%
II- Disponível para venda (*)				85.255	85.255	59,58%
Debênture CDI	1	CDI + 1,45%	15/06/2024	385	385	0,27%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	11,82% a	01/01/2023	26.450	26.450	18,49%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	13,65% a	01/04/2023	2.033	2.033	1,42%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	14,15% a	01/07/2023	5.123	5.123	3,58%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2023	16.169	16.169	11,30%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2024	17.342	17.342	12,12%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/03/2026	14.408	14.408	10,07%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2026	3.345	3.345	2,34%
III- Mantido até o vencimento (**)				16.291	16.291	11,39%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) PRÉ	1	14,25% a 15%	-	4.169	4.169	2,91%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) CDI	1	CDI+ 0,8% a	-	3.171	3.171	2,22%
Letra Financeira PRÉ	1	15,50%	-	2.140	2.140	1,50%
Letra Financeira CDI	1	CDI+ 1,1% a	-	6.811	6.811	4,76%
		CDI +1,75%	-	143.083	143.083	100,00%

(*) O saldo na curva é de R\$ 105.013 em 2023 (R\$ 85.280 em 2022).

(**) Os referidos investimentos estão avaliados na curva.

As aplicações financeiras estão compostas conforme segue, em função dos vencimentos.

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Vencimento	Valor		% por Categoria
				Contábil	Justo	
I- Valor justo por meio do resultado				41.537	41.537	29,03%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	41.537	41.537	29,03%
II- Disponível para venda (*)				85.255	85.255	59,58%
Debênture CDI	1	CDI + 1,45%	15/06/2024	385	385	0,27%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	11,82% a	01/01/2023	26.450	26.450	18,49%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	13,65% a	01/04/2023	2.033	2.033	1,42%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	14,15% a	01/07/2023	5.123	5.123	3,58%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2023	16.169	16.169	11,30%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2024	17.342	17.342	12,12%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/03/2026	14.408	14.408	10,07%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2026	3.345	3.345	2,34%
III- Mantido até o vencimento (**)				16.291	16.291	11,39%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) PRÉ	1	14,25% a 15%	-	4.169	4.169	2,91%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) CDI	1	CDI+ 0,8% a	-	3.171	3.171	2,22%
Letra Financeira PRÉ	1	15,50%	-	2.140	2.140	1,50%
Letra Financeira CDI	1	CDI+ 1,1% a	-	6.811	6.811	4,76%
		CDI +1,75%	-	143.083	143.083	100,00%

7. Títulos e créditos a receber

7.1. Créditos tributários e previdenciários

Descrição	2023		2022	
	Saldo em 2022	Novos Depósitos	Saldo em 2022	Novos Depósitos
Circulante:				
Imposto de renda a compensar	181	61	181	61
Contribuição social a compensar	108	-	108	-
Outros créditos tributários e previdenciários	6	64	6	64
Redução ao valor recuperável	-	(64)	-	(64)
Total do circulante	295	61	295	61
Não Circulante:				
Imposto de renda diferido - ajustes temporais	4.070	1.249	4.070	1.249
Contribuição social diferido - ajustes temporais	2.646	969	2.646	969
Imposto de renda diferido TVM - ajustes temporais	2	7	2	7
Contribuição social diferido TVM - ajustes temporais	1	4	1	4
Outros créditos tributários e previdenciários	43	43	43	43
Redução ao valor recuperável	(43)	(43)	(43)	(43)
Total do não circulante	6.719	2.229	6.719	2.229

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Descrição	2023		2022	
	Saldo em 2022	Novos Depósitos	Saldo em 2022	Novos Depósitos
Imposto de renda / contribuição social				
Despesas operacionais	8.009	3.243	8.009	3.243
Gratificações por desempenho e encargos (**)	1.862	1.780	1.862	1.780
Contingências cíveis	970	871	970	871
Participações nos lucros (*)	500	320	500	320
Contingências trabalhistas	-	6	-	6
Redução ao valor recuperável de operações de capitalização	6.757	449	6.757	449
Outras reduções ao valor recuperável	43	108	43	108
Total das diferenças temporárias	18.141	6.777	18.141	6.777
Alíquota aplicada IRPJ - 25%	4.070	1.249	4.070	1.249
Alíquota aplicada CSLL - 15%	2.646	969	2.646	969

(*) Não aplicável para IRPJ

(**) Não aplicável para IRPJ

A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos.

A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme quadro a seguir, por ano de realização:

Período	Projetado - 2023			Projetado - 2022		
	Créditos Tributários	IR Diferido	%	Créditos Tributários	CSLL Diferida	%
2024	15.309	3.827	94,03%	16.671	2.500	94,48%
2025	-	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-	-
2027	-	-	-	-	-	-
2028	-	-	-	-	-	-
2029-2031	-	-	-	-	-	-
2032-2033	970	243	5,97%	970	146	5,52%
Total	16.279	4.070	100%	17.641	2.646	100%

7.2. Depósitos judiciais e fiscais e outros créditos (circulante e não circulante)

Descrição	2023		2022	
	Saldo em 2022	Novos Depósitos	Saldo em 2022	Novos Depósitos
Adiantamentos a funcionários	32	26	32	26
Depósitos judiciais	13	5	13	5
Adiantamentos administrativos	8	1	8	1
Outros créditos a receber	41	2	41	2
Redução ao valor recuperável	(6)	(4)	(6)	(4)
Total	88	30	88	30

Em 2022:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Vencimento	Valor		% por Categoria
				Contábil	Justo	
I- Valor justo por meio do resultado				41.537	41.537	29,03%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	41.537	41.537	29,03%
II- Disponível para venda (*)				85.255	85.255	59,58%
Debênture CDI	1	CDI + 1,45%	15/06/2024	385	385	0,27%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	11,82% a	01/01/2023	26.450	26.450	18,49%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	13,65% a	01/04/2023	2.033	2.033	1,42%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	14,15% a	01/07/2023	5.123	5.123	3,58%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2023	16.169	16.169	11,30%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2024	17.342	17.342	12,12%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/03/2026	14.408	14.408	10,07%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2026	3.345	3.345	2,34%
III- Mantido até o vencimento (**)				16.291	16.291	11,39%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) PRÉ	1	14,25% a 15%	-	4.169	4.169	2,91%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) CDI	1	CDI+ 0,8% a	-	3.171	3.171	2,22%
Letra Financeira PRÉ	1	15,50%	-	2.140	2.140	

continuação



CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

O montante provisionado de R\$ 6 em 2022, correspondiam às contingências em curso em diversas Varas da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais, que retratavam pleitos de reconhecimento de vínculo empregatício e declaração de responsabilidade subsidiária, que implicam em análise de caso a caso, não se aplicando jurisprudência, mas sim em decorrência dos elementos constantes das reclamações. **17. Patrimônio líquido.** **17.1. Capital social.** O Capital Social da Capitalização é de R\$ 36.759 (R\$ 36.759 em 2022), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 276.100,000 (276.100,000 em 2022) ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto: 27.490,000 (27.490,000 em 2022) ações para o acionista controlador, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, e 120.000 (120.000 em 2022) ações para o acionista Capemisa Holding S/A. **17.2. Reservas de lucros.** A reserva legal R\$ 761 (R\$ 728 em 2022) é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a reserva de investimento e capital de giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no ativo permanente e acréscimo do capital de giro da sociedade, podendo, inclusive, absorver prejuízos. **17.3. Dividendos e juros sobre o capital próprio.** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O Estatuto Social ainda autoriza a Sociedade, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço e a distribuição de lucros aos acionistas à título de juros sobre capital próprio, que serão computados aos dividendos anuais. Os cálculos dos dividendos mínimos estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	15.228	14.561
Base para cálculo da reserva legal	15.228	14.561
Constituição da reserva legal	761	728
Base de cálculo dos dividendos	14.467	13.833
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.617	3.458
(-) Juros sobre capital próprio (*)	(3.662)	(2.959)
Dividendos anuais propostos	—	499

(*) valores líquidos de imposto de renda, conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

18. Patrimônio líquido ajustado - PLA. Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Capitalização em conformidade com a Resolução CNSP nº 432/2021 de 19 de novembro de 2021 e suas alterações:

	2023	2022
Patrimônio líquido:	76.023	65.093
I - PLA nível 1	68.312	61.511
Ajustes contábeis	(4.890)	(1.353)
Despesas antecipadas	(140)	(126)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(3.898)	—
Ativos intangíveis	(852)	(1.227)
II - PLA nível 2	694	436
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	694	436
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização	694	436
III - PLA nível 3	2.821	2.229
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	2.821	2.229
Patrimônio líquido ajustado	71.827	64.176
19. Adequação de capital	2023	2022

Capital base (a)	10.800	10.800
Capital de risco (b)	18.808	15.514
CR subscrição (i)	8.938	7.660
CR crédito (ii)	7.500	5.989
CR operacional (iii)	4.340	3.580
CR mercado (iv)	689	281
Patrimônio líquido ajustado	71.827	64.176
Capital mínimo requerido (v) - CMR Maior entre (a) e (b)	18.808	15.514
Suficiência de capital - RS	53.019	48.662

(a) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo; (b) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe que Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada de-

verá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação. (i) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de subscrição das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (ii) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iii) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iv) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (v) A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e das resseguradoras locais. Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

20. Detalhamento das contas de resultado

	2023	2022
a - Custos de aquisição	(216.313)	(186.671)
Distribuição de título de capitalização	(162.172)	(156.792)
Publicidade de vendas	(21.475)	—
Impressos e materiais de vendas	(19.270)	(21.878)
Preposto e Auditoria com sorteios	(2.989)	(3.908)
Vigilância	(1.754)	(2.317)
Outros custos de aquisição	(8.653)	(1.776)
b - Outras receitas e despesas operacionais	(10.748)	(1.383)
Outras receitas operacionais	687	278
Prescrição de títulos de capitalização	683	270
Outras receitas com títulos de capitalização	4	8
Outras despesas operacionais	(11.435)	(1.661)
Consultorias e intermediações com títulos de capitalização	(5.110)	(1.607)
Constituição/Reversão de redução ao valor recuperável	(6.305)	28
Outras despesas com títulos de capitalização	(20)	(82)
c - Despesas com pessoal próprio	(10.708)	(10.302)
Administração e empregados	(6.720)	(6.814)
Encargos sociais	(1.890)	(1.865)
Assistência social	(1.612)	(1.223)
Outras despesas com pessoal	(327)	(400)
d - Despesas com serviços de terceiros	(3.450)	(2.499)
Manutenção de software	(2.503)	(1.818)
Outros	(947)	(681)
e - Despesas com localização e funcionamento	(1.018)	(1.030)
Amortização/Depreciação	(380)	(379)
Viagens	(176)	(122)
Malotes	(165)	(226)
Outros	(297)	(303)
f - Despesas com tributos	(12.669)	(10.740)
PIS e COFINS sobre operações de capitalização	(12.240)	(10.401)
Taxa de fiscalização	(334)	(334)
Outros	(95)	(5)
g - Resultado Financeiro	16.111	13.559
Receitas financeiras	19.271	16.858
Renda fixa	18.294	15.793
Outras receitas financeiras	1.427	1.065
Despesas financeiras	(3.610)	(3.299)
Provisões técnicas de capitalização	(3.289)	(2.977)
Provisões civis e trabalhistas	(107)	(147)
Outras despesas financeiras	(214)	(175)

	2023	2022
h - Ganhos ou perdas com ativos não correntes	313	(4)
Outras operações	251	—
Constituição/Reversão de redução ao valor recuperável	62	(4)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social. O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:

	2023	2022
Resultado antes do IRPJ/CSLL	22.668	22.668
Adições/exclusões permanentes	(2.934)	(4.244)
Adições/exclusões temporárias	11.282	11.184
Lucro real	31.016	29.608
Alíquota nominal (a)	25%	15%
Impostos às alíquotas pela legislação vigente	7.730	4.442
Incentivos fiscais (b)	(131)	—
Inovação Tecnológica - Lei do Bem (c)	(64)	(39)
Impostos devidos	7.535	4.403
Impostos apresentados na demonstração do resultado	(4.714)	(2.725)
Imposto corrente	(7.535)	(4.403)
Imposto diferido	2.821	1.678
Alíquota efetiva	20,80%	12,02%
Alíquota efetiva	20,80%	12,02%

(a) No caso do IRPJ, além dos 15% sobre a base tributável, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 mil por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 mil por mês). No caso da CSLL considera-se 15%, sendo de 16% no período de agosto/2022 a dezembro/2022 (de acordo com a Lei nº 14.446/2022). (b) Dentre os incentivos fiscais disponibilizados pelo governo, a Companhia aderiu ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021, Programa de Incentivo ao Esporte, instituído pela Lei nº 11.438/2006, e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) instituído pela Lei nº 6.321/1976 e regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021. (c) Refere-se aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à Lei nº 11.196/2005 de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem), regulamentada pelo Decreto 5.798/2006. **22. Transações com partes relacionadas.** A Sociedade possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

	Passivo		Receitas		Despesas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A (i) (ii) (iii) (iv)	1.177	5.819	4.054	3.364	4.642	4.041
Capemisa Instituto de Ação Social (iv)	—	21	—	—	—	—
Capemisa Holding S.A. (iv)	2	4	—	—	—	—
Remunerações do pessoal-chave da Administração (v)	—	—	—	—	3.712	2.952

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: (i) Venda de títulos de capitalização modalidade incentivo. O objetivo é ofertar aos clientes da Capemisa Seguradora um ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Capemisa Seguradora. Os valores relativos ao direito de resgate pela compra de títulos de capitalização são registrados no ativo de Títulos e créditos a receber da Seguradora. (ii) Reembolso de custos administrativos referente ao rateio de despesas comuns entre a Capemisa Capitalização e Capemisa Seguradora. Os custos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Rateio de Custos e Despesas. (iii) Compra de seguros de vida em grupo da Capemisa Seguradora, com o objetivo de dar cobertura de vida para os colaboradores da Capemisa Capitalização. (iv) Destinação do lucro líquido por meio de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP). (v) Conforme determina o Estatuto Social, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo. **23. Outras Informações. 23.1. Seguros.** Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade mantém apólices de seguros D&O com vigência de 12 meses.

Marcio Augusto Leone Koenigsdorf Diretor	Robson Lyra de Castro Silva Diretor	Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho Diretor-Presidente	Marco Aurelio Nicoletti Diretor	Patrícia Fernandes Nepomuceno Pinto Diretor
Elda Cristina Cassundé dos Santos Lopes Contador - CRC - RJ 93.879/O-2				Anna Paula Nardi de Almeida Atuário - MIBA Nº 660

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Capemisa Capitalização S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da auditoria.** Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Capemisa Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da administração.** A administração da Capemisa Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Capemisa Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos

de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial. **Opinião.** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Capemisa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos.** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante no item integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Capemisa Capitalização S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros de Capitalização e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 20 de fevereiro de 2024



Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
CNPJ: 33.950.548/0001-51 - CIBA Nº 161

Elmo Henrique de Moraes
Atuário MIBA 2040

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** ("Sociedade") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não

corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma percentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2024



Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0
Paulo Buzzi Filho
Contador - CRC-RJ 071138/O-5

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FAE4-8987-C52F-0A76> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FAE4-8987-C52F-0A76



Hash do Documento

87AB1EE452415B5DEAC9ED37F1DC760B5F312103A4E8D71DF5345973E5D2A76A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 27/02/2024 02:20
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

